



MDHC

MPI
Ministério da Pesca e do Aquário

IBGE

INMET

5º Simulado Especial

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

BLOCO 6

Setores Econômicos e
Regulação - Pós-Edital

Simulado

5º Simulado Especial CNU-BT6 (Setores Econômicos e Regulação)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Bloco 6 - Setores Econômicos e Regulação do CNU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/x2VvXStLnHs6RaUN6>

01 - A B C D E	15 - A B C D E	29 - A B C D E	43 - A B C D E	57 - A B C D E
02 - A B C D E	16 - A B C D E	30 - A B C D E	44 - A B C D E	58 - A B C D E
03 - A B C D E	17 - A B C D E	31 - A B C D E	45 - A B C D E	59 - A B C D E
04 - A B C D E	18 - A B C D E	32 - A B C D E	46 - A B C D E	60 - A B C D E
05 - A B C D E	19 - A B C D E	33 - A B C D E	47 - A B C D E	61 - A B C D E
06 - A B C D E	20 - A B C D E	34 - A B C D E	48 - A B C D E	62 - A B C D E
07 - A B C D E	21 - A B C D E	35 - A B C D E	49 - A B C D E	63 - A B C D E
08 - A B C D E	22 - A B C D E	36 - A B C D E	50 - A B C D E	64 - A B C D E
09 - A B C D E	23 - A B C D E	37 - A B C D E	51 - A B C D E	65 - A B C D E
10 - A B C D E	24 - A B C D E	38 - A B C D E	52 - A B C D E	66 - A B C D E
11 - A B C D E	25 - A B C D E	39 - A B C D E	53 - A B C D E	67 - A B C D E
12 - A B C D E	26 - A B C D E	40 - A B C D E	54 - A B C D E	68 - A B C D E
13 - A B C D E	27 - A B C D E	41 - A B C D E	55 - A B C D E	69 - A B C D E
14 - A B C D E	28 - A B C D E	42 - A B C D E	56 - A B C D E	70 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/XtX4>

CONHECIMENTOS GERAIS**POLÍTICAS PÚBLICAS***Rodrigo Rennó*

01. A elaboração e implementação de políticas públicas envolve um processo complexo e multidimensional, que inclui a análise e a escolha de alternativas para resolver problemas sociais. Qual das seguintes opções melhor descreve uma característica essencial das políticas públicas que as distingue de outras ações governamentais?

- a) Políticas públicas são sempre de natureza coercitiva, obrigando a sociedade a seguir regras estritas sem espaço para negociação.
- b) Políticas públicas devem ser desenvolvidas com base em uma ampla consulta pública e participação dos cidadãos, buscando legitimar e melhorar a efetividade das ações governamentais.
- c) Políticas públicas são desenhadas exclusivamente para beneficiar grupos específicos dentro da sociedade, sem considerar o bem-estar geral.
- d) Políticas públicas são planejadas sem a necessidade de avaliação contínua de seus resultados e impactos ao longo do tempo.
- e) Políticas públicas são criadas apenas para resolver problemas de curto prazo, sem considerar os efeitos de longo prazo das ações implementadas.

02. Theodore Lowi propôs uma tipologia influente para classificar as políticas públicas. Segundo esta tipologia, qual das seguintes opções melhor descreve as políticas "redistributivas"?

- a) Políticas que estabelecem as regras do jogo político, organizando e regulando o funcionamento do governo e suas relações com os cidadãos.
- b) Políticas que distribuem recursos de forma direta a grupos específicos, com pouco ou nenhum impacto para a sociedade em geral.

c) Políticas que impõem regulações que restringem ou direcionam comportamentos de indivíduos ou grupos, afetando a sociedade de maneira ampla.

d) Políticas que envolvem realocação de recursos de um grupo para outro, frequentemente gerando alto grau de conflito político.

e) Políticas que se concentram exclusivamente em intervenções emergenciais, como respostas a desastres naturais ou crises econômicas.

03. A burocracia de nível de rua desempenha um papel crucial na implementação de políticas públicas, estando na linha de frente do governo e tendo interações diretas com os cidadãos. Qual das seguintes opções melhor descreve um desafio comum enfrentado pelos burocratas de nível de rua?

- a) Implementar políticas públicas sem a necessidade de prestar contas a superiores hierárquicos.
- b) Lidar com a pressão de alta demanda por serviços com recursos limitados, o que pode impactar a qualidade do atendimento.
- c) Criar novas legislações e regulamentos que serão implementados por outros órgãos governamentais.
- d) Participar de negociações internacionais e representar o país em conferências globais.
- e) Supervisionar a administração financeira de grandes orçamentos governamentais sem restrições.

**DESAFIOS DO ESTADO
DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA***Adriane Fauth*

04. O sistema de governo está relacionado com a maneira como funciona a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo de um país, tendo sido adotado no Brasil o tipo presidencialista.

No que tange ao sistema presidencialista, tem-se como pressuposto a ideia de que

- a) O presidencialismo é um sistema típico das monarquias.
- b) o sistema de freios e contrapesos garante a soberania de cada poder, viabilizando a arbitrariedade administrativa ao Presidente da República.
- c) a chamada dupla função do Presidente da República ocorre quando ele exerce as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.
- d) inexiste a tipicidade de funções, dado que o Presidente pode exercer tipicamente tanto a capacidade executiva, quanto a legislativa e jurisdicional.
- e) a separação dos Poderes delimita a atividade estatal de legislação, acarretando uma relação dependente e harmônica entre os organismos políticos.

05. A respeito do Estado de Direito e democracia assinale a alternativa correta:

- a) O Estado de Direito surge a partir das revoluções grevistas do século XIX.
- b) O Estado de Direito está diretamente ligado ao princípio da eficiência.
- c) Uma democracia pressupõe a existência de direitos e garantias fundamentais, mas não a superioridade da Constituição.
- d) A cidadania plena alcança-se com o exercício de direitos políticos.
- e) A democracia deliberativa é aquela em que há participação do povo não apenas na escolha de representantes, mas especialmente durante todo o processo de tomada de decisões, devendo o Estado assegurar um espaço aberto, livre e igualitário para os indivíduos participarem.

**DESAFIOS DO ESTADO
DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA***Ricardo Torques*

06. Sobre o sistema de governo presidencialista, assinale a alternativa correta:

- a) No presidencialismo, o Presidente da República exerce plenamente o Poder Executivo, acumulando as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.
- b) No presidencialismo, as relações entre o Executivo e o Legislativo são mais flexíveis, admitindo maiores interferências.
- c) Desde a Proclamação da República, o Brasil sempre adotou o presidencialismo como sistema de governo.
- d) No presidencialismo, há a separação das funções de chefe de estado, comando do poder executivo e políticas públicas, e chefe de governo, representante da unidade nacional e da legitimidade do Estado.
- e) O Brasil não pode ser classificado como um “presidencialismo de coalizão”.

5º Simulado Especial CNU-BT6 (Setores Econômicos e Regulação) - 20/07/2024

07. Amanda, ao entrar em um estabelecimento comercial, recebeu agressões verbais de outro cliente da loja, que gritava ofensas relacionadas à raça de Amanda. Indignada com a situação, Amanda procurou um advogado para saber mais sobre o crime. O advogado então informou que:

- a) O repúdio ao racismo é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. O crime não é considerado inafiançável, mas é imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial é espécie do gênero de racismo.
- b) O repúdio ao racismo não é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. O crime não é considerado inafiançável, mas é imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial é espécie do gênero de racismo.
- c) O repúdio ao racismo é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. O crime é considerado inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial não é espécie do gênero de racismo.
- d) O repúdio ao racismo é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. O crime é considerado inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial é espécie do gênero de racismo.
- e) O repúdio ao racismo é um dos princípios fundamentais do Brasil. O crime é considerado inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial é espécie do gênero de racismo;

ÉTICA E INTEGRIDADE

Antônio Daud

08. Quanto à transparência ativa, assinale a alternativa que CONTRARIA o Decreto 11.529/2023:

- a) como forma de atender ao direito das pessoas de terem acesso às informações e aos dados

produzidos pela administração pública federal deve se dar ênfase na transparência ativa.

- b) a definição de prioridades de transparência ativa deve considerar o foco no cidadão.
- c) será realizada por meio da divulgação de dados e informações nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos e das entidades da administração pública federal.
- d) as ações de transparência ativa se darão em cumprimento às normas vigentes, por demanda ou interesse coletivo ou geral da sociedade e por iniciativa dos órgãos públicos.
- e) a Advocacia-Geral da União (AGU) manterá o Portal da Transparência do Poder Executivo Federal para divulgar dados e informações sobre a gestão de recursos públicos e sobre servidores públicos.

09. Considerando as regras legais sobre a transformação digital da Administração Pública, em especial a Lei 14.129/2021, pode-se afirmar que NÃO É finalidade do mecanismo de interoperabilidade de dados entre órgãos públicos:

- a) aprimorar a gestão de políticas públicas.
- b) aumentar a confiabilidade dos cadastros, por meio de mecanismos de manutenção da integridade e da segurança da informação no tratamento das bases de dados, tornando-as devidamente qualificadas e consistentes.
- c) viabilizar a criação de meios unificados de identificação do cidadão para a prestação de serviços públicos.
- d) facilitar a interoperabilidade de dados entre os órgãos de governo, sendo vedado realizar o tratamento de informações a partir do número de inscrição do cidadão no CPF.
- e) facilitar a interoperabilidade de dados entre os órgãos de governo, buscando o reaproveitamento, sempre que possível, de recursos de infraestrutura de acesso a dados por múltiplos órgãos.

DECRETO NO 1.171/1994; DECRETO NO 9.203*Tiago Zanolla*

10. Durante uma conferência sobre governança pública, os servidores judiciais do Tribunal Regional discutiam os princípios fundamentais estabelecidos pelo recente Decreto, que visava aprimorar a administração pública. Os tópicos incluíam a definição de governança pública, valor público, alta administração e gestão de riscos.

Com base no Decreto apresentado, identifique a alternativa correta sobre os conceitos discutidos:

- a) Governança pública é o processo de identificar, avaliar e gerenciar eventos que possam afetar a organização, estabelecido pela alta administração.
- b) Valor público refere-se aos produtos e resultados que atendem exclusivamente às necessidades da administração interna, sem considerar demandas públicas.
- c) Alta administração inclui Ministros de Estado, ocupantes de cargos de natureza especial e servidores de nível 1 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.
- d) Gestão de riscos é um processo temporário estabelecido pela alta administração para identificar eventos de curto prazo que possam impactar a organização.
- e) Governança pública consiste em um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

TRANSPARÊNCIA E IMPARCIALIDADE NOS USOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO*Paolla Ramos*

11. A crescente utilização da Inteligência Artificial (IA) em diversos setores da sociedade tem impulsionado a necessidade de criação de legislações específicas para regular seu desenvolvimento e aplicação. Essas normas buscam assegurar que a IA seja utilizada de maneira ética, responsável e benéfica, tanto para as pessoas quanto para o meio ambiente. No Brasil, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) e a Resolução CNJ 332/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) são exemplos de esforços normativos que estabelecem diretrizes e objetivos para o uso da IA, particularmente no setor público.

A respeito das legislações aplicadas ao uso da Inteligência Artificial, identifique o item INCORRETO:

- a) A Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) tem como ponto de partida a definição de objetivos estratégicos que levam em consideração todo o ecossistema tecnológico, e que poderão posteriormente ser desdobrados em ações mais específicas.
- b) São objetivos da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) contribuir para a elaboração de princípios éticos para o desenvolvimento e uso de IA responsáveis; promover investimentos sustentados em pesquisa e desenvolvimento em IA; remover barreiras à inovação em IA, entre outros.
- c) A IA deve beneficiar as pessoas e o planeta, impulsionando o crescimento inclusivo, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar.
- d) Em relação à Resolução CNJ 332/2020, a Inteligência Artificial, no âmbito do Poder Judiciário, visa promover o bem-estar dos jurisdicionados e a prestação equitativa da jurisdição, bem como descobrir métodos e práticas que possibilitem a consecução desses objetivos.

e) Conforme a Resolução CNJ 332/2020, as decisões judiciais apoiadas em ferramentas de Inteligência Artificial devem preservar a igualdade, a discriminação, a pluralidade e a solidariedade, auxiliando no julgamento justo, com criação de condições que visem eliminar ou minimizar a opressão, a marginalização do ser humano e os erros de julgamento decorrentes de preconceitos.

incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde.

13. Segundo a política de cotas, que garante a reserva de vagas em concursos públicos, pessoas com deficiência terão direito de concorrerem em vagas próprias, o que demonstra a preocupação do Estado em promover ações afirmativas em benefícios de populações vulneráveis.

A partir do atual entendimento jurisprudencial e das normas mais recentes sobre o Direito da Pessoa com Deficiência, julgue os itens a seguir.

12. Com o julgamento que culminou na total improcedência da ADI 3239, o STF decidiu pela constitucionalidade do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, sem ressalvas ou condicionantes. Sobre a população remanescente de quilombo,

a) são definidos como sendo grupos étnico-raciais que comprovem a ancestralidade sob a liderança comum de Zumbi dos Palmares

b) Nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, consagrou-se a “consciência da própria identidade” como critério para determinar os grupos tradicionais — indígenas ou tribais — entendimento não consolidado em meio à jurisprudência brasileira

c) são legitimados de inúmeras ações afirmativas que visam promover uma reparação histórica, excetuada a aplicação da política que prevê a reserva de vagas

d) tem assegurado direito à emissão de justo título de propriedade, mediante comprovação de descendência

e) Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde,

I. Segundo a Súmula 552 do STJ, posicionamento atual e preponderante, o portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos.

II. Considera-se deficiência auditiva a limitação de longo prazo da audição, bilateral parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

III. Tanto para aqueles que têm perda auditiva unilateral total, quanto para as pessoas que possuem visão monocular, aplicar-se-ão todas as normas de promoção da inclusão de pessoas com deficiência.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) Todas as assertivas
- e) Nenhuma das assertivas

5º Simulado Especial CNU-BT6 (Setores Econômicos e Regulação) - 20/07/2024

14. A Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem importante papel consolidador das inúmeras jurisprudências firmadas. Em recente edição, datada de 21 de junho de 2024, Edição nº 238, reuniu importantes decisões sobre os Direitos Relativos à Diversidade. Nesse sentido, julgue os itens a seguir classificando-os como verdadeiros (V) ou falsos (F).

- () A pessoa transgênero tem direito fundamental objetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil independentemente da realização de cirurgia de transgenitalização.
- () Operadora do plano de saúde fica obrigada a promover cobertura de cirurgias de transgenitalização e de plástica mamária com implantação de próteses em mulher transexual.
- () Sobre o direito à orientação sexual e de gênero, tem-se importante alteração sofrida pela Lei Maria da Penha, a qual passa a prever que tas uniões homoafetivas terão o caráter de entidade familiar.

Assinale a alternativa que corresponde a sequência correta:

- a) V-V-V
- b) V-V-F
- c) F-V-V
- d) F-F-F
- e) F-V-F

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MEIO AMBIENTE E MUDANÇA CLIMÁTICA.*André Rocha*

15. Leia o texto a seguir para responder à questão.

“Região semiárida mais populosa do mundo, a Caatinga pode alcançar a marca de 90% de seu território com perda de espécies da fauna e flora graças às mudanças climáticas. É o que mostram dois estudos baseados nas projeções do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). ”

De acordo com o doutor em ecologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor visitante da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mario Ribeiro de Moura, uma das áreas mais afetadas está na Bahia, compreendendo a Chapada Diamantina e o sul do estado.

A Caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro e o quarto do país em área geográfica, cobrindo 9,9% do território nacional. Ele fica atrás de Amazônia (49,3%), Cerrado (23,9%), e Mata Atlântica (13%), mas, mesmo proporcionalmente, existe uma enorme discrepância em termos de áreas protegidas. Apenas 1,3% da Caatinga está sob proteção, enquanto a Amazônia chega a 49%.

Ainda que naturalmente adaptadas ao clima seco, as estratégias das mais de três mil espécies principais de plantas e animais que compõem a biodiversidade da Caatinga podem não ser suficientes. Com temperaturas cada vez mais altas e períodos de chuvas cada vez mais curtos, o bioma, aos poucos, perde suas riquezas.”

Fonte: Até a Caatinga está ameaçada: mudanças climáticas podem destruir 90% do bioma. Disponível em:
<https://www.correio24horas.com.br/asterisco/ate-a-caatinga-esta-ameacada-mudancas-climaticas-podem-destruir-90-do-bioma-0724>

Sobre o tema, julgue os itens a seguir.

- I - O bioma Amazônia é o menos afetado pelas mudanças climáticas devido à sua grande extensão e diversidade de espécies, que garantem sua resiliência.
- II - O Cerrado é altamente vulnerável às mudanças climáticas, com previsões de aumento da temperatura e redução das chuvas, o que pode levar à savanização e à perda de biodiversidade.
- III - O Pantanal, como maior planície alagada do mundo, é capaz de se adaptar às mudanças no regime de chuvas e na temperatura, mantendo sua biodiversidade praticamente intacta.

Está(ão) correto(s) somente o(s) item(ns):

- a) I
- b) I e II
- c) II e III
- d) II
- e) I, II e III

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Herbert Almeida*

16. João é servidor público federal, ocupante de cargo efetivo, e pretende se candidatar para cargo eletivo. Buscando se tornar conhecido pelos eleitores, João determinou a veiculação de seu nome nas publicidades oficiais do órgão em que atua, promovendo inequívoco enaltecimento de sua pessoa e personalização de atos e de obras públicas. Após denúncia anônima, o fato se tornou conhecido por Maria, chefe de João, que determinou a instauração de procedimento para apuração. Considerando essa situação, assinale a opção correta com base nas disposições constitucionais, legais e doutrinárias da Administração Pública:

- a) a conduta de João ofende o princípio da publicidade, uma vez que a Constituição Federal determina que a publicidade oficial dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- b) para concorrer ao mandato eletivo, João poderá gozar de licença para atividade política, que será remunerada a partir do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- c) se fosse o caso de punir João, Maria poderia instaurar o processo administrativo disciplinar com base apenas na denúncia anônima.
- d) se fosse eleito, João teria que se afastar do cargo efetivo para assumir o mandato eletivo, podendo optar pela remuneração mais vantajosa, ou seja, poderia escolher entre a remuneração do cargo efetivo ou o subsídio do mandato eletivo.
- e) se João for eleito sucessivamente ao cargo eletivo, ficará sujeito à aposentadoria compulsória, no mandato eletivo, ao completar 75 anos de idade.

17. Ana é servidora pública federal e exerce cargo de professora universitária. Buscando aumentar os seus rendimentos mensais, prestou novo concurso, dessa vez para atuar como professora do ensino médio, na rede estadual, obtendo êxito na aprovação e nomeação. Todavia, considerando que estava perto de sua aposentadoria no cargo federal, Ana questionou um especialista sobre a possibilidade de acumulação das remunerações dos cargos e, posteriormente, sobre a possibilidade de acumulação de proventos da aposentadoria.

Tendo em vista a previsão da Lei nº 8.112/90 e da Constituição Federal, o especialista respondeu corretamente que:

- a) Ana deverá optar por um dos cargos, uma vez que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos federais com estaduais.
- b) a autorização para acumulação de cargos dispensa a comprovação da compatibilidade de horários, salvo quando a carga-horária for superior a sessenta horas semanais.
- c) quando Ana se aposentar, terá que optar pela remuneração de um dos cargos, para convertê-la em proventos de inatividade, pois não é possível acumular proventos de uma aposentadoria com remuneração de um cargo ou proventos de duas aposentadorias.
- d) é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do regime próprio de previdência social com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- e) Ana poderia acumular, na atividade, o cargo efetivo com um cargo em comissão, se houvesse compatibilidade de horários.

FINANÇAS PÚBLICAS*Celso Natale*

18. O controle do nível do produto agregado, com o objetivo de atenuar o impacto social e econômico das crises cíclicas da economia, está relacionado à função estatal denominada, segundo Musgrave:

- a) alocativa;
- b) distributiva;
- c) estabilizadora;
- d) regulatória;
- e) orçamentária.

19. Um determinado país adotou o regime de metas de inflação, a ser implementado pelo banco central.

Se a inflação no país exceder as expectativas, superando a meta estabelecida, o banco central deve, para controlar a inflação:

- a) aumentar a taxa de juros básica da economia.
- b) reduzir os gastos do setor público.
- c) aumentar os impostos pagos pelos contribuintes.
- d) alterar a taxa de câmbio, desvalorizando a moeda nacional.
- e) aumentar os impostos sobre as exportações.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO*Leandro Ravelle*

20. A prefeitura de uma cidade média, devido à recente crise econômica, procura aumentar sua capacidade de investimento por meio de transferências voluntárias da União. O prefeito deseja entender as condições estipuladas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) LC 101/2000 para receber tais transferências. Considerando as normas da LRF, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

- a) A prefeitura pode receber transferências voluntárias da União apenas se estiver em dia com a contribuição para o regime de previdência dos seus servidores, independentemente de sua situação com outras obrigações tributárias.
- b) Para receber transferências voluntárias, a prefeitura deve demonstrar adimplência com suas obrigações junto ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), mas não é necessário cumprir limites de despesa com pessoal.
- c) A prefeitura precisa garantir apenas a aplicação de no mínimo 15% da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino para receber transferências voluntárias.
- d) As Transferências voluntárias para a prefeitura estão condicionadas à implementação de medidas de redução de despesas com pessoal que excedam os limites estabelecidos pela LRF.
- e) Uma prefeitura somente pode receber transferências voluntárias se estiver cumprindo os limites de despesa com pessoal e estiver em dia com suas obrigações tributárias, de acordo com o Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

EIXO TEMÁTICO 1**GESTÃO GOVERNAMENTAL***Elisabete Moreira*

21. O *balanced scorecard* (BSC) é uma ferramenta desenvolvida por Kaplan e Norton que permite a construção do planejamento estratégico efetivo para as Instituições Públicas, a exemplo do mapa estratégico do PPA 2024-2027, que promove um alinhamento com as diversas agendas transversais, contemplando diversas áreas e ministérios, distribuídos em eixos, objetivos estratégicos e programas. (mapa estratégico disponível no sítio <https://www.gov.br/planejamento/documents-hospedados-para-gerar-qrcodes/mapa-estrategico-do-ppa>).

Acerca do planejamento governamental, do Balance Scorecard e da metodologia OKR – *Objectives and Key Results* – avalie as alternativas e aponte a correta.

- a) O planejamento governamental busca conjugar a vontade política com as especificidades técnicas para atingir seus objetivos. Os Objetivos estratégicos são declarações objetivas e concisas que indicam as mudanças a serem realizadas e devem ser quantificáveis a partir dos indicadores-chave, os quais serão atribuída uma meta a ser atingida.
- b) O BSC funciona como uma ferramenta gerencial, adaptado à administração pública, podendo apresentar somente três perspectivas, a exemplo da perspectiva financeira, do cliente ou sociedade e governamental.
- c) O BSC é uma ferramenta utilizada para planejar a estratégia organizacional, privilegiando na administração pública a perspectiva da sociedade. Busca estratégias e ações equilibradas em todas as áreas que afetam o negócio como um todo.
- d) O planejamento governamental utiliza a metodologia OKR que prevê a definição dos objetivos, preferencialmente, em ciclos mais

longos, com iniciativas que incentivem o alcance das metas. Busca segmentar os objetivos da instituição, da equipe e das pessoas em resultados cuja medição seja possível.

e) Para a definição dos objetivos, a metodologia OKR utiliza predominantemente o modelo *top-down*, a fim de obter o alinhamento estratégico necessário para que a implementação dos objetivos ganhe força e velocidade junto às equipes.

22. De acordo com Chiavenato, mais importante que o Plano é o processo de construção do planejamento estratégico, que envolve a definição de processos e projetos que precisam ser gerenciados, para a alcance dos resultados desejados, promovendo as mudanças que a organização necessita. Acerca dos temas, assinale a alternativa correta.

- a) Nos processos de verificação dos impactos dos projetos governamentais, a avaliação precisa de informações do processo de monitoramento e deve ser realizada por equipe mista – interna e externa – por questões de confiabilidade dos dados.
- b) A estratégia de liderança de custo tem a menor variedade possível de produtos para aproveitar as economias de escopo.
- c) Nas avaliações dos projetos governamentais, a avaliação formativa procura investigar como o programa funciona e, também, avaliar as estratégias utilizadas para o alcance dos resultados.
- d) O gerenciamento por processos diferencia-se do gerenciamento de projetos porque esse identifica tanto os clientes quanto os fornecedores, assim como as entradas e saídas.
- e) Uma organização que atua com estratégia de enfoque procura ser a única empresa com certos atributos valiosos e importantes para todos os compradores da indústria.

23. Quando se trata de gestão de projetos, o Termo de Abertura do Projeto (TAP) é um documento que formalmente autoriza a existência de um projeto e dá ao gerente do projeto a autoridade necessária para aplicar recursos organizacionais às atividades do projeto. A Especificação do Trabalho do Projeto (ETP) é uma descrição narrativa dos produtos, serviços ou resultados a serem entregues por um projeto. Levando-se em consideração a ETP, qual o elemento que ela informa como entrada para desenvolver o TAP.

- a) Necessidade de negócios de uma organização, que pode ser baseada numa demanda de mercado, avanço tecnológico, requisito legal, uma regulamentação governamental ou uma consideração ambiental.
- b) O plano de gerenciamento do projeto, que define, prepara e coordena todos os planos auxiliares e integra-os a um plano de projeto abrangente.
- c) A realização do controle integrado de mudanças que mostra como se deve realizar todas as mudanças, como aprová-las e gerenciá-las.
- d) O plano de gerenciamento de riscos que define como conduzir as atividades de gerenciamento dos riscos de um projeto.
- e) O plano de gerenciamento da qualidade que identifica os requisitos e/ou padrões de qualidade e suas entregas.

24. A administração pública, desde 1995, com o lançamento do PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, vem buscando o desafio de promover uma mudança cultural de valorização do servidor público, através de instrumentos de motivação, profissionalização, liderança participativa entre outros, a partir dos conceitos ligados à atuação da gestão estratégica de pessoas no serviço público. Sobre o tema, é correto afirmar.

- a) A gestão estratégica de pessoas constitui um conjunto de atividades de aprendizagem e desenvolvimento que estão verticalmente alinhadas e horizontalmente integradas e que contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos.
- b) As funções administrativas características da gestão estratégica de pessoas nas organizações públicas incluem a realização de rotinas típicas de departamento pessoal e a elaboração de políticas de desenvolvimento e de gestão de desempenho de pessoas.
- c) No âmbito da gestão de pessoas, objetivos desafiadores, possíveis e determinados pelos indivíduos que não tenham autoeficácia promovem maior motivação e consequentemente melhores desempenhos.
- d) No modelo contingencial de Fiedler, o estilo de liderança orientado para a tarefa é o mais indicado para as situações moderadas relacionadas com a estrutura da tarefa, relacionamento líder-liderado e poder de posição do líder.
- e) O Método da Escala Gráfica consiste em avaliar o desempenho dos indivíduos por meio de frases descritivas, colocadas em blocos, nos quais o avaliador escolhe, forçosamente, apenas uma ou duas alternativas, que mais se aplicam ao desempenho do avaliado.

25. No âmbito com comportamento organizacional, a cultura é um elemento que interfere diretamente nos resultados das organizações, tendo em vista que influencia na motivação e no desempenho. Acerca do tema, avalie as seguintes alternativas e marque a correta.

- a) Não é possível identificar os elementos que compõem o conjunto cultural da organização, mas apenas percebê-los e senti-los.
- b) Valores e comportamentos são parte do nível visível da cultura organizacional, e as convicções e premissas integram o nível invisível.
- c) Cultura organizacional é o indicador do grau de satisfação dos membros de uma empresa em relação a diferentes aspectos da cultura ou realidade aparente da organização.
- d) Cultura organizacional é o reflexo do estado de espírito, ou ânimo das pessoas, que predomina na organização em um determinado período.
- e) O programa de cultura organizacional é passível de negociação e fixação junto aos grupos componentes da estrutura organizacional.

GESTÃO DE RISCOS

Rodrigo Rennó

26. A gestão de riscos é uma prática essencial nas organizações para identificar, avaliar e mitigar possíveis ameaças aos objetivos organizacionais. Qual das seguintes opções melhor exemplifica um passo fundamental no processo de gestão de riscos?

- a) Ignorar riscos que parecem improváveis, concentrando-se apenas nos mais evidentes.
- b) Avaliar e priorizar riscos com base em sua probabilidade e impacto, desenvolvendo estratégias para mitigá-los.
- c) Envolver apenas a alta administração no processo de gestão de riscos, sem consultar outras partes interessadas.
- d) Implementar um plano de ação para todos os riscos identificados, independentemente de sua gravidade ou probabilidade.
- e) Tratar os riscos identificados como problemas isolados, sem considerar suas possíveis interconexões e efeitos cumulativos.

27. A gestão de riscos é um processo contínuo e sistemático que visa identificar, avaliar e mitigar os riscos que possam afetar os objetivos de uma organização. Qual das seguintes opções melhor descreve um componente essencial da gestão de riscos?

- a) Evitar completamente todas as atividades que possam introduzir algum risco para a organização.
- b) Desenvolver uma cultura organizacional que incentive a comunicação aberta e a identificação proativa de riscos.
- c) Delegar a responsabilidade pela gestão de riscos apenas ao departamento de auditoria interna.
- d) Focar exclusivamente na mitigação de riscos financeiros, ignorando outros tipos de riscos.
- e) Implementar um plano de resposta aos riscos apenas após a ocorrência de um evento adverso.

SUSTENTABILIDADE DAS CONTRATAÇÕES*André Rocha*

28. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) trouxe inovações importantes em relação à sustentabilidade. Em relação às disposições dessa lei sobre sustentabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) A nova Lei de Licitações exclui a exigência de critérios ambientais na avaliação de propostas, priorizando o menor preço como fator decisivo.
- b) A Lei nº 14.133/2021 permite que a Administração Pública estabeleça critérios de sustentabilidade para contratos de obras públicas, excluindo aquisições de bens e serviços.
- c) Os anteprojetos de engenharia e os projetos básicos devem considerar o impacto ambiental do empreendimento.
- d) No processo de licitação, deve ser estabelecida margem de preferência para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis.
- e) O “desenvolvimento nacional sustentável” é um visto como um fundamento do processo licitatório.

CONTROLES INTERNOS E EXTERNOS E LGPD*Antônio Daud*

29. Assinale a alternativa que NÃO prevê órgão componente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), segundo dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD:

- a) Conselho Diretor, seu órgão máximo de direção.
- b) Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPD).
- c) Corregedoria.
- d) Procuradoria.
- e) Conselho Fiscal.

30. Em relação controle externo judicial dos atos administrativos, é INCORRETO afirmar que:

- a) realiza exclusivamente o controle de legalidade dos atos administrativos.
- b) permite aferir a legalidade do exercício do poder discricionário por parte do administrador público.
- c) não poderá utilizar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade como critérios para exame da conduta do administrador.
- d) não poderá substituir o mérito do administrador, contido no ato, pelo seu juízo de conveniência.
- e) em razão do princípio da inércia da jurisdição, em regra não age de ofício, apenas mediante provocação dos legitimados.

EIXO TEMÁTICO 2**POLÍTICAS PÚBLICAS***Stefan Fantini*

31. Programas como reforma agrária e cotas raciais em universidades são exemplos de políticas:

- a) Distributiva
- b) Redistributiva
- c) Regulatória
- d) Constitutiva
- e) Efetividade-Custo

**ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS***Rodrigo Rennó*

32. Os arranjos institucionais influenciam significativamente a eficácia da implementação de políticas públicas. Qual das seguintes opções melhor exemplifica um arranjo institucional que pode promover uma implementação mais eficiente e eficaz de políticas públicas?

- a) Concentrar todas as funções de implementação em uma única agência nacional para assegurar a uniformidade das políticas.
- b) Delegar a responsabilidade pela implementação de políticas exclusivamente às organizações não governamentais (ONGs) para garantir a independência da administração pública.
- c) Criar estruturas de governança colaborativa que incluem múltiplas partes interessadas, como governos locais, ONGs e setor privado, para melhorar a coordenação e a adaptação das políticas.
- d) Reduzir os níveis hierárquicos dentro das agências governamentais para acelerar o processo de tomada de decisão e implementação.
- e) Implementar um sistema de gestão centralizado onde todas as decisões são tomadas pelo governo central para manter o controle rígido sobre a implementação.

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO***Jonathan Roitman*

33. Para compreendermos a dinâmica das medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, precisamos conhecer, previamente, algumas definições, dentre elas, a definição de Incubadora de Empresas. A alternativa que a conceitua corretamente é:

- a) Introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho
- b) Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos
- c) Estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nesta Lei
- d) Organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação
- e) Complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICTs, com ou sem vínculo entre si

LEI NO 11.540/2007 - FNDCT*Géssica Ehle*

34. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira e tem o objetivo de financiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social do País. Sobre a aplicação dos recursos que compõem o FNDCT assinale a alternativa correta.

- a) É possível realizar a alocação orçamentária dos valores provenientes de fontes vinculadas ao FNDCT em reservas de contingência de natureza primária ou financeira.
- b) As despesas relativas ao financiamento de atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico das Programações Específicas do FNDCT poderão atingir o montante de até 5% (cinco por cento) dos recursos arrecadados anualmente nas respectivas fontes de receitas, observado o limite fixado anualmente por ato do Conselho Diretor.
- c) Não há limite para a execução da programação financeira relativa às fontes vinculadas ao FNDCT em qualquer situação.
- d) A aplicação dos recursos não contemplará o apoio à promoção do desenvolvimento do setor de bioeconomia.
- e) Os recursos do FNDCT não poderão ser aplicados de forma não reembolsável em casos de financiamentos de despesas correntes e de capital.

LEI NO 8.248/1991 E ALTERAÇÕES (LEI DAS TIC)*Jonathan Roitman*

35. Conforme previsto na Lei das TIC (Lei n. 8248/1991), os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta ou indireta, as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e as demais organizações sob o controle direto ou indireto da União darão preferência, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação, observada a seguinte ordem, a:

- I - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País;
- II - bens e serviços produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma a ser definida pelo Poder Executivo.

Para o exercício desta preferência, levar-se-ão em conta condições equivalentes de, exceto:

- a) especificação de modernidade e custo de venda
- b) prazo de entrega
- c) suporte de serviços
- d) padronização
- e) compatibilidade

AGENDA 2030: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO BRASIL NOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E CONVENÇÃO QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (UNFCCC)*André Rocha*

36. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável estabelecem diretrizes e metas globais para enfrentar os desafios climáticos e promover o desenvolvimento sustentável. Considerando a inter-relação entre esses dois marcos internacionais, assinale a alternativa correta:

- a) A UNFCCC estabelece que as metas de redução de emissões são obrigatórias apenas para os países desenvolvidos, enquanto os países em desenvolvimento possuem compromissos somente no âmbito da Agenda 2030.
- b) A Agenda 2030 foi adotada durante a COP-21, realizada em Paris, em 1992.
- c) Um dos objetivos da Agenda 2030 é o de eliminar totalmente as emissões de carbono até 2030, em alinhamento com os preceitos da UNFCCC.
- d) Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da UNFCCC também é uma meta a ser alcançada pela Agenda 2030.
- e) A Agenda 2030 e a UNFCCC têm abordagens distintas quanto ao financiamento de ações climáticas, com a Agenda 2030 focando em parcerias privadas e a UNFCCC em financiamento público.

ECONOMIA CIRCULAR*Celso Natale*

37. Um país decidiu adotar o modelo de Economia Circular, visando um desenvolvimento sustentável e a redução de resíduos.

Caso o país enfrente um aumento significativo na produção de resíduos sólidos, contrariando os princípios da Economia Circular, seu governo, para mitigar esse problema, deveria:

- a) impor restrições ao consumo de produtos descartáveis.
- b) aumentar a extração de recursos naturais.
- c) ampliar a capacidade de aterros sanitários.
- d) incentivar a inovação em produtos descartáveis.
- e) reduzir os investimentos em energias renováveis.

REGIME DE CONCESSÃO E PERMISSÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (LEI NO 8.987/1995 E ALTERAÇÕES). NORMAS PARA OUTORGA E PRORROGAÇÕES DAS CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS (LEI NO 9.074/1995 E ALTERAÇÕES)*Herbert Almeida*

38. A empresa Beta obteve concessão para operar o sistema de transporte público de uma grande cidade por um período de vinte anos. Contudo, após dez anos de operação, o poder concedente decidiu retomar o serviço por motivo de interesse público, alegando a necessidade de modernização e melhor gestão do transporte público. Considerando a situação descrita e o previsto na Lei nº 8.987/1995, assinale a opção correta:

- a) a extinção do contrato poderá ocorrer mediante encampação do serviço pelo poder concedente, exigindo-se lei autorizativa específica e prévio pagamento de indenização à empresa concessionária.
- b) a retomada do serviço pelo poder concedente pode ser feita a qualquer momento e sem necessidade de prévia indenização à empresa concessionária.
- c) a concessão será extinta mediante caducidade.
- d) a empresa tem direito a continuar operando até o término do prazo da concessão, sem possibilidade de assunção do serviço pelo poder concedente.
- e) a extinção do serviço, por motivo de interesse público, só pode ocorrer se a empresa concessionária concordar com a retomada do serviço pelo poder concedente.

ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

39. Uma amostra aleatória simples de tamanho 400 de uma variável populacional normalmente distribuída com média μ desconhecida e variância igual a 25 foi observada e indicou uma média amostral igual a 12,52. O intervalo de 95% de confiança para μ é dado por:

Dados:

Se Z tem distribuição normal padrão, $P[0 < Z < 0,45] = 1,64$; $P[0 < Z < 0,475] = 1,96$; $P[0 < Z < 0,49] = 2,33$

- a) (12,03 , 13,01)
- b) (11,65 , 13,39)
- c) (10,99 , 15,05)
- d) (10,44 , 15,60)
- e) (9,99 , 16,05)

REPRODUÇÃO ANALÓGICA E DIGITAL E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES*Júlia Branco*

40. Sobre as altas e baixas tiragens na produção gráfica, qual das alternativas abaixo descreve corretamente uma vantagem da reprodução analógica em relação à digital?

- a) A reprodução analógica oferece maior flexibilidade na personalização de cada item impresso, permitindo ajustes finos de cores e detalhes específicos que não são facilmente replicáveis na produção digital em massa.
- b) Na reprodução analógica, o processo de impressão em grandes tiragens é mais rápido e econômico do que na produção digital, especialmente para documentos complexos e com múltiplas páginas.
- c) A produção gráfica analógica é mais utilizada para baixas tiragens, enquanto os processos digitais são ideais para altas tiragens.
- d) A produção analógica permite a impressão em uma ampla variedade de substratos, incluindo materiais sintéticos e metálicos, com uma velocidade de impressão menor do que nos processos digitais.
- e) A reprodução analógica oferece uma durabilidade significativamente maior dos impressos, especialmente em ambientes adversos, como exposição à umidade e radiação solar intensa, preservando a integridade das informações por períodos prolongados.

EIXO TEMÁTICO 3**ECONOMIA***Amanda Aires*

41. Em um mercado competitivo, os consumidores e produtores tomam decisões com base em conceitos econômicos fundamentais. Leia o trecho a seguir e responda à pergunta.

Trecho: "Ao escolher entre duas alternativas de investimento, um empresário precisa considerar não apenas os custos e benefícios diretos de cada opção, mas também o valor da melhor alternativa que ele deve abrir mão. Esse conceito é crucial para tomar decisões racionais."

O conceito descrito no trecho acima é conhecido como:

- a) Custo marginal.
- b) Custo de oportunidade.
- c) Custo fixo.
- d) Custo variável.
- e) Custo total.

42. A elasticidade-preço da demanda é uma medida importante para entender como os consumidores respondem às mudanças nos preços. Considere o seguinte cenário.

Trecho: "Em uma pesquisa de mercado, foi observado que quando o preço de um determinado produto aumentou em 10%, a quantidade demandada desse produto diminuiu em 15%. Isso indica que os consumidores são sensíveis às mudanças no preço desse produto."

Com base na descrição acima, qual é a elasticidade-preço da demanda desse produto e o que isso significa?

- a) A elasticidade-preço da demanda é 1,5, indicando demanda inelástica.
- b) A elasticidade-preço da demanda é 0,67, indicando demanda elástica.
- c) A elasticidade-preço da demanda é 1,0, indicando demanda unitária.
- d) A elasticidade-preço da demanda é 1,5, indicando demanda elástica.
- e) A elasticidade-preço da demanda é 0,67, indicando demanda inelástica.

5º Simulado Especial CNU-BT6 (Setores Econômicos e Regulação) - 20/07/2024

43. A teoria do consumidor explora como os indivíduos tomam decisões sobre o consumo de bens e serviços. Considere a situação descrita abaixo.

Trecho: "Maria tem uma renda mensal limitada e precisa decidir como gastar seu dinheiro entre dois bens: livros e filmes. Ela sabe que diferentes combinações desses dois bens lhe proporcionam o mesmo nível de satisfação, o que a ajuda a escolher a melhor combinação possível dentro de seu orçamento."

O que Maria está utilizando para fazer sua escolha de consumo?

- a) Curva de oferta.
- b) Curva de demanda.
- c) Curva de indiferença.
- d) Curva de custo marginal.
- e) Curva de custo total.

44. Em um mercado de concorrência perfeita, as empresas não têm poder para influenciar o preço de mercado. Leia a descrição abaixo e responda à pergunta.

Trecho: "No mercado de trigo, há muitos produtores e consumidores, e nenhum produtor individual pode influenciar o preço do trigo. Cada produtor aceita o preço de mercado como dado e ajusta sua produção para maximizar seus lucros."

Como os preços são determinados nesse tipo de mercado?

- a) Os preços são fixados pelos produtores com base nos custos de produção.
- b) Os preços são estabelecidos pelo governo para garantir estabilidade.
- c) Os preços são definidos por um único produtor dominante.
- d) Os preços são determinados pelo equilíbrio entre oferta e demanda no mercado.
- e) Os preços são fixados através de acordos entre os produtores.

45. Falhas de mercado ocorrem quando os mercados não funcionam de maneira eficiente. Considere o exemplo abaixo.

Trecho: "Em um mercado de seguros de saúde, as seguradoras enfrentam um problema onde apenas indivíduos com maior risco de saúde estão comprando seguros, enquanto aqueles com menor risco optam por não comprar. Isso aumenta os custos para as seguradoras, que precisam cobrar prêmios mais altos."

Qual falha de mercado está sendo descrita neste exemplo?

- a) Externalidade positiva.
- b) Risco moral.
- c) Seleção adversa.
- d) Monopólio.
- e) Concorrência perfeita.

46. Durante os anos 90, o Brasil passou por uma série de reformas econômicas. Considere o seguinte contexto histórico.

Trecho: "As reformas econômicas dos anos 90 no Brasil foram marcadas por políticas que visavam estabilizar a economia, controlar a inflação e promover a integração do país ao mercado global. Uma das principais mudanças foi a abertura econômica, que incluiu a redução de tarifas de importação e a privatização de empresas estatais."

Qual foi um dos principais objetivos dessas reformas econômicas?

- a) Aumentar o controle estatal sobre a economia.
- b) Estabelecer uma economia de planejamento centralizado.
- c) Promover a abertura econômica e a liberalização do comércio.
- d) Reduzir a carga tributária significativamente.
- e) Introduzir uma moeda digital oficial.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA*Leandro Ravelle*

47. Após a revisão anual do relatório resumido da execução orçamentária (RREO) de um município, constatou-se que houve equívocos no cálculo dos limites dos resultado primário. Esses erros afetaram a precisão das informações divulgadas, mas não alteraram a conformidade com os limites legais estabelecidos pela LRF e legislações pertinentes. O município está no processo de correção desses erros para os próximos relatórios. Uma ação pertinente imediata do gestor público com vistas à correção, conforme entendimento técnico, consta em

- a) Publicar uma retificação dos RREO no próximo RGF do município.
- b) Ignorar os erros anteriores no RREO, concentrando-se apenas em assegurar a precisão nos futuros relatórios, uma vez que os limites legais não foram ultrapassados.
- c) Enviar um comunicado interno sobre os erros encontrados no RREO, instruindo as equipes responsáveis a evitar tais erros nos futuros relatórios.
- d) Consultar o Tribunal de Contas local para orientações adicionais sobre a necessidade de corrigir publicamente o RREO.
- e) Em caso de necessidade de republicação do referido relatório, deverão ser observados os procedimentos vigentes na época da publicação original.

POLÍTICAS COMERCIAIS E COMÉRCIO EXTERIOR*Áulus Dias*

48. A Organização Mundial do Comércio defende a liberalização do comércio internacional como forma de promover o crescimento e o desenvolvimento econômico dos países. Nesse sentido, no que diz respeito aos argumentos utilizados pelos defensores do liberalismo para promover a eliminação das barreiras ao comércio internacional e às críticas formuladas pelos protecionistas, julgue os itens a seguir.

- I. Os defensores do liberalismo afirmam que a eliminação das barreiras ao comércio internacional promove uma alocação mais eficiente dos fatores de produção.
 - II. Os protecionistas apontam que a imposição de barreiras ao comércio internacional permite que haja um aumento na oferta de produtos no âmbito do mercado consumidor interno do país, o que contribui para a redução dos preços praticados.
 - III. Os protecionistas apontam que a liberalização do comércio internacional pode gerar para o país uma situação de dependência externa para abastecimento interno, o que pode causar sérios problemas em cenários adversos como guerras e crises financeiras.
 - IV. Os defensores do liberalismo afirmam que a eliminação das barreiras ao comércio internacional promove o aumento do mercado consumidor disponível aos produtores, o que permite o aproveitamento dos ganhos de escala.
- a) Estão corretos apenas os itens III e IV.
 - b) Estão corretos apenas os itens I e II.
 - c) Estão corretos apenas os itens II e III.
 - d) Estão corretos apenas os itens I, III e IV.
 - e) Estão corretos apenas os itens I, II e IV.

49. Sobre o processo decisório na Organização Mundial de Comércio, assinale a alternativa correta.

a) No âmbito da Organização Mundial de Comércio, as decisões são tomadas, em regra, por unanimidade. Quando não é possível adotar a decisão por unanimidade, a matéria passa a ser decidida, em regra, por consenso. Quando a decisão é adotada por consenso, a proposta é considerada aprovada, em regra, quando nenhum membro manifesta objeção.

b) No âmbito da Organização Mundial de Comércio, as decisões são tomadas, em regra, por votação. Quando não é possível adotar a decisão por votação, a matéria passa a ser decidida, em regra, por consenso. Quando a decisão é adotada por consenso, a proposta é considerada aprovada, em regra, quando nenhum membro manifesta objeção.

c) No âmbito da Organização Mundial de Comércio, as decisões são tomadas, em regra, por consenso. Quando não é possível adotar a decisão por consenso, a matéria passa a ser decidida, em regra, por votação. Quando a decisão é adotada por votação, a proposta é considerada aprovada, em regra, pela maioria dos votos.

d) No âmbito da Organização Mundial de Comércio, as decisões são tomadas, em regra, por consenso. Quando não é possível adotar a decisão por unanimidade, a matéria passa a ser decidida, em regra, por votação. Quando a decisão é adotada por unanimidade, a proposta é considerada aprovada, em regra, quando nenhum membro manifesta objeção.

e) No âmbito da Organização Mundial de Comércio, as decisões são tomadas, em regra, por unanimidade. Quando não é possível adotar a decisão por consenso, a matéria passa a ser decidida, em regra, por votação. Quando a decisão é adotada por consenso, a proposta é considerada aprovada, em regra, quando todos os membros concordam.

50. A respeito das instituições intervenientes no comércio exterior do Brasil, assinale a alternativa que relaciona corretamente uma instituição e suas características.

a) A Câmara de Comércio Exterior - CAMEX é um dos órgãos específicos singulares que integram a estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC.

b) A fiscalização e o controle sobre o comércio exterior, essenciais à defesa dos interesses fazendários nacionais, são exercidos pelo Ministério da Fazenda.

c) A Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, da Presidência da República, é o órgão colegiado de cúpula do comércio exterior brasileiro.

d) As Alfândegas são órgãos que integram a estrutura da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, responsáveis por realizar o controle aduaneiro sobre mercadorias e veículos que entram e saem do território nacional.

e) O Departamento de Defesa Comercial (DECOM) é órgão que integra a estrutura da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, responsável pela abertura e condução de investigações destinadas à aplicação de medidas de defesa comercial.

EIXO TEMÁTICO 4**ORÇAMENTO PÚBLICO***Leandro Ravyelle*

51. Em resposta a uma previsão de receita fiscal incerta, um estado brasileiro está revisando o Anexo de Riscos Fiscais e a reserva de contingência na sua Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo exercício financeiro, conforme estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), LC 101/2000. Avalie as ações propostas abaixo e identifique qual delas está corretamente alinhada com as exigências da LRF.

- a) O estado decide eliminar completamente a reserva de contingência para maximizar os investimentos em infraestrutura, considerando que o Anexo de Riscos Fiscais já detalha os potenciais riscos fiscais.
- b) Propõe-se a redução da reserva de contingência a um valor simbólico, justificando que a estabilidade recente da receita estadual minimiza a necessidade de tal reserva.
- c) O estado planeja aumentar a reserva de contingência para um percentual significativamente mais alto do orçamento, dada a volatilidade das receitas devido a flutuações no mercado global.
- d) O Anexo de Riscos Fiscais é atualizado para incluir apenas riscos fiscais de baixa probabilidade e impacto, visando apresentar um cenário fiscal mais otimista para investidores.
- e) O estado mantém uma reserva de contingência considerável e conforme regras estabelecidas na própria LDO, correspondente a uma proporção prudente do orçamento, com o Anexo de Riscos Fiscais detalhando todos os riscos potenciais, incluindo variações na receita e despesas inesperadas.

52. Em um contexto de declínio econômico, o Governo do Estado do Alvorada identificou ao final do primeiro bimestre que a realização da receita poderia comprometer o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), LC 101/2000, uma ação recomendada do governo estadual em conformidade com a LRF consta em

- a) Aguardar até o final do semestre para verificar se a tendência de queda na receita persiste antes de tomar medidas de limitação de empenho.
- b) Realizar imediatamente uma limitação de empenho e movimentação financeira, distribuindo o ajuste de forma igualitária entre todos os Poderes e órgãos do Estado.
- c) Convocar uma sessão extraordinária da assembleia legislativa estadual para revisar as metas de resultado primário no Anexo de Metas Fiscais.
- d) Proceder à limitação de empenho e movimentação financeira nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, seguindo os critérios estabelecidos pela lei de diretrizes orçamentárias.
- e) Solicitar autorização do Tribunal de Contas do Estado para suspender temporariamente o cumprimento das metas fiscais até que a receita se recupere.

CONTABILIDADE*Júlio Cardoso*

53. Considerando os conceitos aplicáveis à Contabilidade Regulatória, classifique os itens abaixo em VERDADEIROS (V) ou FALSOS (F).

- () Ainda que sejam considerados custos para fins societários e estatutários, nem todos os custos contábeis serão considerados diretamente na definição de tarifas de serviços concedidos.
- () A contabilidade financeira tradicional prevê a separação de custos em atividades reguladas e liberalizadas, atendendo, dessa forma, as necessidades dos entes reguladores.
- () Os reguladores têm, por previsão legal, autorização para auditar dados enviados pelas entidades reguladas, contudo, não possuem a prerrogativa de excluir custos ou aprovar despesas incorridas apenas parcialmente.
- () As Diretrizes de Contabilidade Regulatória (DCRs) possuem como objetivos o monitoramento do desempenho em relação as premissas que pautam os controles de preço, a detecção de comportamento anticompetitivo e assistência na concorrência comparativa.
- a) V – V – V – V
b) V – F – F – V
c) V – F – F – V
d) V – F – V – F
e) F – V – V – F

AS CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS E AS AGÊNCIAS REGULADORAS NO BRASIL, AS AGÊNCIAS REGULADORAS E O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E ÓRGÃOS REGULADORES NO BRASIL: HISTÓRICO E CARACTERÍSTICA DAS AUTARQUIAS*Herbert Almeida*

54. Acerca das agências reguladoras, assinale a opção correta:

- a) o controle externo das agências reguladoras é exercido exclusivamente pelo Tribunal de Contas da União.
- b) existe relação de subordinação hierárquica entre a agência reguladora e o ministério de Estado ao qual ela seja vinculada.
- c) as agências reguladoras podem exercer o poder de polícia, o que autoriza e fundamenta diretamente a realização de busca e apreensão de objetos.
- d) a qualificação de uma entidade como agência reguladora é efetivada por meio de decreto do chefe do Poder Executivo.
- e) a natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela ausência de tutela, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos.

ASPECTOS ECONÔMICOS DA REGULAÇÃO

Celso Natale

55. No contexto da regulação de um setor econômico, a teoria da captura NÃO se refere:

- a) à noção de que a regulação pode apropriar para a sociedade os lucros excessivos decorrentes do poder de mercado de monopolistas e oligopolistas.
- b) à hipótese de que o regulador, como agente, não atue em conformidade com os interesses do principal (o público).
- c) à ideia de que os interesses do regulador podem se alinhar com os das empresas reguladas.
- d) à crítica à atividade regulatória que acaba protegendo o regulado.
- e) à ideia de que a “demanda por regulação” se origina na própria indústria a ser regulada, representando seus interesses.

56. Na Teoria Econômica da Regulação, um dos principais conceitos para fundamentar a formulação de políticas regulatórias é o das falhas de mercado. Considerando que o setor em questão está em um estado de equilíbrio de longo prazo, assinale a única alternativa que NÃO pode ser caracterizada como uma falha de mercado.

- a) Poder de mercado.
- b) Inexistência de lucros econômicos.
- c) Externalidades.
- d) Bens públicos.
- e) Informação assimétrica.

FORMAS DE REGULAÇÃO

Nick Simonek

57. Acerca das Agências Reguladoras Federais, é correto afirmar que:

- I – integram a Administração Pública Direta;
- II – seus dirigentes possuem mandato fixo;
- III – não possuem autonomia financeira;
- IV – têm poder normativo.

Estão corretas as afirmativas:

- a) II e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

58. São atividades típicas das Agências Reguladoras:

- a) proteção do direito dos consumidores e coibição do abuso de poder econômico
- b) prestação de serviço público uti universi e concessão de subsídios a setores da economia
- c) coibição do abuso de poder econômico e prestação de serviço público uti singuli
- d) concessão de subsídios a setores da economia e prestação de serviço público uti singuli
- e) concessão de subsídios a setores da economia e coibição do abuso de poder econômico

DIREITO DO CONSUMIDOR: LEI N° 8.078/1990 E ALTERAÇÕES*Rodrigo Francelino*

59. A Lei 14.181 de 2021 alterou a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento, acerca do tema assinale a única alternativa correta.

- a) A prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor é um dos instrumentos, para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo.
- b) A instituição de núcleos de conciliação e mediação de conflitos oriundos de superendividamento é um dos princípios da Política Nacional das Relações de Consumo expressos no Código de Defesa do Consumidor.
- c) A informação acerca dos preços dos produtos por unidade de medida, tal como por quilo, por litro, por metro ou por outra unidade, conforme o caso é um dos princípios da Política Nacional das Relações de Consumo expressos no Código de Defesa do Consumidor.
- d) A garantia de práticas de crédito responsável, de educação financeira e de prevenção e tratamento de situações de superendividamento, preservado o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, por meio da revisão e da repactuação da dívida, entre outras medidas é um dos princípios da Política Nacional das Relações de Consumo
- e) A preservação do mínimo existencial, nos termos da regulamentação, na repactuação de dívidas e na concessão de crédito caso é um direito básico do consumidor.

A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL*Adriana Menezes*

60. Considerando as disposições constitucionais e legais a respeito da previdência complementar, analise as afirmativas, se verdadeiras (V) ou falsas (F) abaixo e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- I) O plano de benefícios do regime de previdência complementar dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo da União será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar ou de entidade aberta de previdência complementar.
 - II) Aos segurados da previdência complementar é vedada a portabilidade do direito acumulado para outro plano.
 - III) É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias e fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, exceto na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição poderá exceder a do segurado.
 - IV) Com a reforma da previdência trazida pela Emenda Constitucional n. 103/2019, a instituição de regime de previdência complementar deixou de ser uma imposição para os entes federativos que possuem regime próprio de previdência para seus servidores.
- a) F-V-V-F
 - b) V-F-V-F
 - c) F-F-V-V
 - d) V-V-F-F
 - e) V-F-F-V

EIXO TEMÁTICO 5
COMPREENSÃO DE TEXTOS ESCRITOS EM LÍNGUA INGLESA, VOCABULÁRIO, COESÃO E COERÊNCIA
Andrea Belo

Read the text above and answer the questions 61 to 63.

Indonesia's Ibu volcano spectacularly erupts forcing nearby villages to evacuate

A volcano on the remote Indonesian island of Halmahera has spectacularly erupted, spewing a grey ash cloud into the sky and forcing people from seven nearby villages to evacuate, authorities have said.

Mount Ibu erupted on Saturday evening, sending ash 4km into the sky, as streaks of purple lightning flashed around its crater, according to information and images shared by Indonesia's volcanology agency.

A joint team of police, military and search and rescue officials was dispatched to the area to evacuate residents from surrounding villages, Abdul Muhari, from the disaster mitigation agency, said in a statement.

Adapted from:

<https://www.theguardian.com/world/article/2024/may/19/indonesias-ibu-volcano-spectacularly-erupts-forcing-nearby-villages-to-evacuate>

61. It is possible to infer from the text that:

- a) The eruption of Mount Ibu occurred without any prior warning.
- b) The eruption of Mount Ibu caused minimal disruption to nearby villages.
- c) The evacuation of nearby villages was unnecessary.
- d) The eruption of Mount Ibu was accompanied by dramatic visual effects.
- e) The authorities were unaware of the eruption of Mount Ibu until after it occurred.

62. Choose the synonym to the adjective "remote" used in the text:

- a) Isolated

- b) Nearby
- c) Accessible
- d) Central
- e) Proximate

63. Choose the best alternative according to the text:

- a) The eruption of Mount Ibu was a minor event.
- b) The eruption of Mount Ibu was not significant.
- c) The eruption of Mount Ibu forced nearby villages to evacuate.
- d) The eruption of Mount Ibu had no impact on the surrounding area.
- e) The eruption of Mount Ibu was a common occurrence.

Read the text above and answer the questions 64 to 66.

Should machines be used to do good and services instead humans? I believe they should not for many reasons. Machines can not be smart unless a human is controlling it. So it would not matter if its an intelligent machine or not a human is still controlling it to do everything.

When using a machine it could easily malfunction and it could be hard to fix the problem or it will just take a while to fix it. If a human is taking over instead of the machine there may be fewer problems. Machines have so many problems that it would not be worth having.

Also, the more machines you have the less jobs there are for people because everyone thinks it would be better to have machines instead of people. When less people are out of work that means less money for those people and sometimes they will lose their homes or cars because they can not afford anything.

Sometimes working with machines can be very stressful because they may not work at times or they could be running extremely slow and won't get anything done. Machines are not smart at all, only when people are controlling them they are but not all the time. It may seem smart but its really not.

Adapted from: <https://www.act.org/content/act/en/products-and-services/the-act/test-preparation/writing-sample-essays>

64. It is possible to infer from the text that:

- a) Machines always perform better than humans.
- b) Intelligent machines eliminate the need for human control.
- c) Machines are prone to malfunctioning, causing inconvenience.
- d) Human-operated machines are more efficient than autonomous ones.
- e) The use of machines leads to increased job opportunities.

65. Choose the best alternative according to the text:

- a) Machines are always superior to humans.
- b) Machines never malfunction.
- c) Human intervention reduces problems with machines.
- d) Machines are flawless and require no human assistance.
- e) Machines solve all societal issues effortlessly.

66. Choose the alternative that explains the meaning of the phrase "take over" used in the text:

- a) To relinquish control
- b) To share responsibility
- c) To delegate tasks
- d) To assume control
- e) To collaborate with

Read the text above and answer the questions 67 to 70

'It was smart to marry the competition': meet the 'power couples' who work together

The surgeons (Chris Cartlidge and Lucy Khan): We started as consultants here in Scotland five years ago. As trainees, you rarely cross paths. It's only now that we have the chance to work together. Lots of surgeons work collaboratively, but being husband and wife is unique. Medicine is hierarchical. Even if you disagree, between consultants, there's a required deference. With Lucy and

I, however, there's no ego management, tiptoeing or courtesy. Lucy won't let me do something she's unhappy with. We're civil and professional, but entirely upfront, which pays dividends. Plus, husband and wife humour seeps through, letting colleagues see that as senior doctors, we're approachable. For the NHS to thrive, people at every level need to feel comfortable speaking up and asking questions. You're a little less scary when your spouse is present cracking jokes.

Adapted from:
<https://www.theguardian.com/lifeandstyle/article/2024/may/19/it-was-smart-to-marry-the-competition-meet-the-power-couples-who-work-together>

67. The purpose of the text is:

- a) Surgeons Chris Cartlidge and Lucy Khan share their experience of working together as husband and wife in Scotland.
- b) Surgeons Chris Cartlidge and Lucy Khan discuss the challenges of collaborating in the medical field.
- c) Surgeons Chris Cartlidge and Lucy Khan explain why they believe it is advantageous to marry a colleague in their profession.
- d) Surgeons Chris Cartlidge and Lucy Khan describe their journey from trainees to consultants in Scotland.
- e) Surgeons Chris Cartlidge and Lucy Khan highlight the importance of maintaining professionalism while working as a couple in the medical field.

68. Based on the text, it is correct to say:

- a) Surgeons Chris Cartlidge and Lucy Khan always agree on medical decisions.
- b) Collaboration between consultants in medicine is uncommon.
- c) Humor plays a significant role in maintaining a professional atmosphere in the workplace.
- d) Surgeons Chris Cartlidge and Lucy Khan prioritize ego management over professional collaboration.
- e) The NHS encourages a hierarchical approach to decision-making among medical professionals.

69. Grammar question about the meaning of a word or an expression used in the text:

What does the phrase "tiptoeing or courtesy" imply in the context of the text?

- a) Walking quietly and politely
- b) Displaying arrogance and rudeness
- c) Avoiding confrontation
- d) Maintaining a hierarchical demeanor
- e) Seeking permission before taking action

70. Choose the alternative that explains the meaning of the phrase "thrive" used in the text:

- a) To fail
- b) To struggle
- c) To flounder
- d) To succeed
- e) To get fired

Discursiva

Accountability: já podemos traduzi-la para o português?

Vinte anos se passaram desde que Anna Maria Campos expôs sua angústia sobre a ausência do conceito e, consequentemente, de uma palavra que, no dicionário da língua portuguesa, traduzisse com perfeição o significado de accountability. Na oportunidade, a estudiosa indicou que a possibilidade de tornar a administração pública brasileira *accountable* estava diretamente relacionada às chances das seguintes ocorrências, as quais, como podem ser verificadas, guardam certa interdependência e estão diretamente relacionadas à democracia:

- a) Organização dos cidadãos para exercer o controle político do governo;
- b) Descentralização e transparência do aparato governamental; e
- c) Substituição de valores tradicionais por valores sociais emergentes (Campos, 1990:48). [...]

Claro está, portanto, que [...] não existe um termo único em português que defina a palavra accountability, havendo que trabalhar com uma forma composta. Buscando uma síntese, accountability encerra a responsabilidade, a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei, estando envolvida a possibilidade de ônus, o que seria a pena para o não cumprimento dessa diretiva.

Fonte: retirado de PINHO, José Antônio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 43, nº 6, Dec. 2009.

No Brasil temos alguns marcos legais que vão ao encontro do conceito de accountability. Como principais podemos citar a Constituição Federal de 1988, a Reforma do Aparelho do Estado de 1995 e mais recentemente a Lei de Responsabilidade Fiscal. Diante desses marcos importantes na história democrática brasileira, elabore um texto dissertativo relacionando os mecanismos de controle da accountability à moderna administração pública mencionando, necessariamente, os seguintes itens:

- Sua definição;
- Seus tipos;
- Situação da *accountability* no Brasil.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>